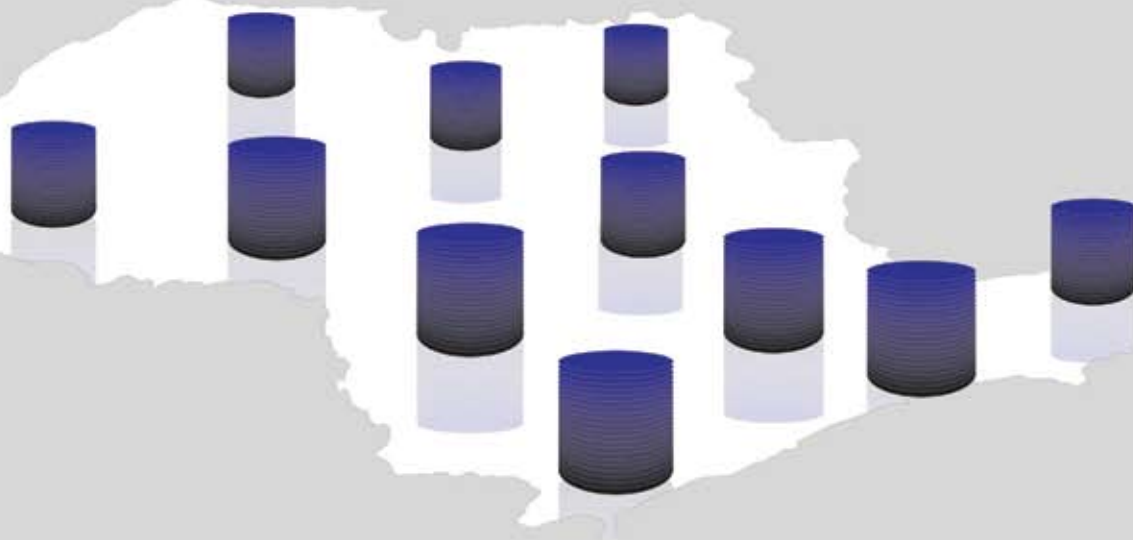




Justiça Federal em expansão

**Com a criação de mais varas federais pela Lei nº 12.011/2009
e a necessidade de melhoria dos atuais prédios, novas
instalações estão sendo realizadas em todo
Estado de São Paulo**



NESTA EDIÇÃO

CURSO DE LIBRAS NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO

CENTRO DE MEMÓRIA

CUIDADOS NAS FÉRIAS

PERFIL REGIONAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

2011

Iniciamos recentemente um novo ano e, nesta primeira edição da Justiça em Revista de 2011, quero dividir com todos os magistrados, servidores e colaboradores meu imenso entusiasmo em começar este novo ciclo à frente da Administração Central da Justiça Federal. Estamos preparados para os grandes desafios que estão por vir no decorrer dos meses na gestão da complexa estrutura da Seção Judiciária do Estado de São Paulo.

No ano passado cumprimos o cronograma de inaugurações das varas criadas pela Lei nº 12.011/2009 e neste ano novas inaugurações estão previstas. Diante deste e de tantos outros desafios que surgirão, podemos comparar o trabalho das diversas áreas da Administração Central como de um grupo de trabalhadores construindo um avião, mas o nosso avião está sendo construído em pleno voo, afinal a prestação jurisdicional não pára e temos o compromisso de manter o funcionamento de nossas "engrenagens", independente do estado da nossa "fuselagem".

Em 2011, depois de muitas tentativas, iniciamos o processo de mudança física da Administração Central da Rua Líbero Badaró para local mais próximo do grupo de Fóruns que compõe a 1ª Subseção na capital. O antigo prédio da Administração Central possuía uma infraestrutura predial



muito antiga e defasada. Além disso, as áreas administrativas que compõem o atual prédio, estavam separadas em edifícios diferentes, o que dificultava a integração das áreas e seus deslocamentos para realização de reuniões e demais atribuições nos Fóruns da capital, principalmente em uma cidade como São Paulo, onde cada dia os imensos congestionamentos

resultam em perda não só de tempo, mas também de custos, mesmo que as equipes estejam separadas por poucos quilômetros.

Na nova sede da Administração Central a divisão espacial foi planejada entre os diversos Núcleos e Subsecretarias e, com isso, será possível agilizar os trabalhos que prestamos para as Subseções. Isso também resultará numa gestão mais econômica, principalmente nas questões relacionadas com a logística. Sem mencionar a possibilidade de melhoria na integração entre as áreas administrativas do TRF-3 e JFSP, na qual poderá gerar ótimos resultados para as Subseções e, conseqüentemente, para todo o público que procura os serviços da Justiça Federal.

Nesta edição o leitor terá a oportunidade de ler na matéria de capa um resumo das inaugurações do ano passado, tanto das recém criadas varas como das adequações realizadas em algumas Subseções para um melhor atendimento da região. Temos também o trabalho de conservação e restauração de processos históricos realizados pelo Centro de Memória; o treinamento de turmas de servidores no curso de Libras (linguagem de sinais) com o objetivo de atender melhor ao público com necessidades especiais e, destaque por fim, o projeto especial realizado com os estagiários na Subseção de Taubaté. Agradeço a todos os colegas magistrados e servidores que contribuíram para a realização de mais esta edição.

CARLOS ALBERTO LOVERRA
Juiz Federal Diretor do Foro

EXPEDIENTE

Juiz Federal Diretor do Foro
Carlos Alberto Loverra

Juízes federais vices-diretores do foro
José Henrique Prescendo (capital)
Roberto da Silva Oliveira (interior)

Diretor da Secretaria Administrativa
Oscar Paulino dos Anjos

Diretor do Núcleo de Comunicação Social
Helio C. Martins Junior

Seção de Multimídia e Audiovisual
Gerrinson Rodrigues de Andrade (supervisor)
Coaracy Caracas
Elizabeth Branco Pedro
Javã de Carvalho

Seção de Produção de Texto
e Atendimento à Imprensa
Ricardo Acido Nabarro (supervisor)
Dorealice de Alcântara e Silva
Viviane Ponstinnicoff

Estagiários
Cíntia Ranusia
Vinicius Ribeiro
Mirelly Oliveira

Contato: jf-imprensa@jfsp.jus.br
Telefones: (11) 2172-6432

Visite também a versão virtual da revista em
<http://intranet.jfsp.jus.br/revista/index.htm>



Aconteceu	03
Dicas de segurança	04
Centro de Memória	05
Inaugurações	06
Curso de Libras na JFSP	08
Programa de estágio em Taubaté	09
Perfil Reginal São José do Rio Preto.....	10
Cultura	11
Imagem da Vez	11

Fotos: Hélio C. Martins Jr.



10 ANOS EM ARARAQUARA – Seminário organizado pela Escola de Magistratura (EMAG) nos dias 24 e 25/11 e descerramento de placa comemorativa marcaram os 10 anos de funcionamento do Fórum Federal em Araraquara.*

Fotos: Coaracy Caracas



DOAÇÃO AO MASP – A Justiça Federal de São Paulo, por meio da 6ª Vara Criminal, entregou duas obras ao Museu de Arte de São Paulo, no dia 13/12, como doação permanente.*



Fotos: Hélio C. Martins Jr.

CAMPANHAS DE NATAL – No dia 4/12 foi realizada a 10ª edição do Natal Solidário, festa de confraternização dos funcionários terceirizados organizada pela Ajufesp, com contribuição de juízes e servidores. Na Campanha Solidária da Justiça Federal foram distribuídos 455 brinquedos a diversas instituições carentes e mais de 300 sacolinhas de Natal foram arrecadadas pelo servidor Randall Barbosa e entregues às crianças deficientes das Casas André Luiz.

MAIS SERVIDORES – 68 novos servidores tomaram posse nos dias 1º e 3/12 e passaram por três dias de ambientação recebendo informações sobre as estratégias, estrutura e procedimentos da Justiça Federal da 3ª Região.



Fotos: Javá de Carvalho

DIA DO SERVIDOR – Palestras, dinâmicas em grupo, dança, café de integração e sorteio de brindes marcaram o Dia do Servidor Público no auditório do Juizado Especial Federal da capital.*



DANÇA DE SALÃO – O Núcleo de Saúde deu início à ampliação do projeto "Dança de Salão" no Fórum Criminal e Previdenciário. A aula inaugural ocorreu dia 19/10.

INAUGURAÇÕES – O ano de 2010 terminou com muito trabalho aos setores envolvidos com as inaugurações. Em apenas dois meses (novembro/dezembro) foram inauguradas a 2ª Vara em Taubaté (5/11), 5ª Vara em Presidente Prudente (12/11), 39ª Subseção em Itapeva (3/12), 4ª Vara em Piracicaba (9/12), 40ª Subseção em Mauá (10/12), 13ª Vara-Gabinete no JEF/SP (15/12), 1ª e 2ª Varas em Osasco (16/12). Veja matéria completa nas páginas 6 e 7 desta edição.*



* Assista ao vídeo no Podcasting do site da JFSP: www.jfsp.jus.br/podcasting/

Boa viagem requer boa atenção

Vinicius Ribeiro

Quando chegam as férias e os feriados prolongados como o Carnaval, uma das primeiras coisas que vem a mente é viajar. Com a popularização do avião, cada vez mais é intensificado o movimento de pessoas nos aeroportos durante essas épocas, com isso os problemas também são mais frequentes e a tão esperada viagem pode se transformar em uma enorme dor de cabeça.

O Aeroporto Internacional de Guarulhos, na Grande São Paulo, é a porta de entrada do estado paulista para aeronaves vindas do exterior. Através dessa importância, vem o enorme número de ocorrências envolvendo os viajantes. Segundo levantamento da Delegacia Especializada em Atendimento ao Turista (Deatur), o cansaço e o excesso de pessoas nos aeroportos provocam desatenção do viajante e vulnerabilidade em relação a furtos.

Nas varas da Justiça Federal em Guarulhos, por exemplo, existem vários casos nos quais passageiros alegam inocência quando são abordados portando entorpecentes. É um dos fóruns com maior número de réus presos no país, com quase mil indiciados pela prática de crimes como tráfico internacional de entorpecentes e uso de documento falso.

Em entrevista ao Jornal da Tarde, o delegado da Polícia Civil do Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, Marcelo Palhares, opinou sobre o que leva os viajantes a ficarem tão desatentos com seus pertences. "Acho que as pessoas estão preocupadas com a viagem, pressa de chegar, pensando em reuniões de trabalho. Por isso essa desatenção", completa o delegado.

A seguir alguns dos itens e momentos que exigem maiores cuidados em uma viagem, pois são alvos potenciais de roubos, furtos e golpes.

Embarque e Desembarque

Dos vários momentos vividos durante uma viagem, o embarque e o desembarque são os mais complicados, nessas horas as pessoas temem ter que deixar suas bagagens e não mais vê-las e devido a toda essa tensão acontecem situações das mais desagradáveis. Segundo o levantamento da Deatur, alguns cuidados como a constante atenção em suas bagagens, evitar manusear grandes quantias em dinheiro ou equipamentos eletrônicos de alto valor e pedir informações somente para funcionários da empresa aérea ou policiais devidamente identificados ajudam a evitar

ocorrências indesejáveis.

A atenção em um aeroporto não se resume em tomar cuidado com seus pertences, pois há situações em que os viajantes são induzidos a cometer crimes sem que percebam. Uma das mais comuns ocorre na hora do despacho das bagagens, quando pessoas com bastante peso em suas malas pedem para outras, com pouca bagagem, despachá-las em seu nome a fim de economizar no envio. Porém o que é uma simples ação de benfeitoria pode acarretar grandes problemas para o viajante, isso porque criminosos aproveitam-se da vulnerabilidade e, até certo ponto, inocência do cidadão para transportar entorpecentes ou produtos contrabandeados através dele.

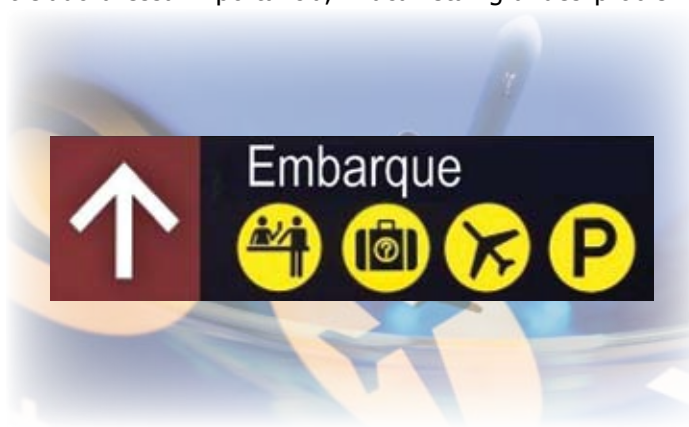
Bagagem

Arrumar as malas para algumas pessoas é um dos melhores momentos de uma viagem, afinal, é esse ato que anuncia a chegada de dias relaxantes e divertidos. Porém em uma viagem aérea, sem os cuidados necessários, as bagagens podem se tornar um grande problema.

O primeiro e mais comum deles é o excesso de peso. Nas viagens regionais, em aviões de até 20 passageiros, o limite é de 10 quilos de bagagem, nos voos nacionais, o peso máximo é de 23 quilos. Em partidas com destinos internacionais, o limite é de 20 quilos na classe econômica e 30 quilos na executiva e, excepcionalmente nas viagens para África do Sul e Estados Unidos, o peso máximo permitido é de 32 quilos, porém as bagagens não podem ter mais de 158 centímetros de dimensão (soma de altura, largura e comprimento).

Dentro do avião poderão ser levados itens como um cobertor, manta ou sobretudo, guarda chuva ou bengala, material de leitura em quantidade razoável, alimentação infantil para consumo na aeronave, cesto para transporte de crianças de colo e a bagagem de mão. Uma grande confusão que muitos viajantes fazem é o de que nessa mala podem levar o que quiser, porém há uma série de restrições como materiais líquidos e gasosos inflamáveis e sólidos de combustão rápida como fósforos e isqueiros, materiais oxidantes, corrosivos, radioativos e magnetizados.

É importante lembrar que os menores itens como celulares, laptops, mochilas e malas de mão são os itens mais visados pelos criminosos, portanto o cuidado com eles deve ser dobrado.



Centro de Memória preserva acervo histórico

Ricardo Acedo Nabarro

No ano 2000, quando a Associação dos Arquivistas de São Paulo foi contratada para identificar, higienizar e cadastrar cerca de 200 mil processos datados de 1821 a 1969, descobriu-se na Justiça Federal de São Paulo um valioso acervo histórico-cultural, até então escondido no meio de milhares de ações e documentos administrativos guardados no arquivo central da avenida Presidente Wilson, zona leste da capital.

Criado em 2001 (Resolução n.º 192-CJF-3ªRegião) e implantado em 2004, o Centro de Memória da Justiça Federal em São Paulo veio para custodiar os documentos e processos de valor permanente que representam a história da instituição, dando-lhes tratamento técnico adequado, bem como elaborando projetos voltados para a preservação do acervo histórico-documental.

“A partir do trabalho da Associação dos Arquivistas montamos uma exposição de painéis que retratam o primeiro período de funcionamento da instituição, fixando como datas-limite a promulgação da primeira Constituição Republicana e o golpe do Estado Novo, em 1937, que extinguiu a Justiça Federal de Primeiro Grau e os cargos de juízes federais dos estados. No período de 2001 a 2006, realizamos 18 exposições itinerantes desses painéis, dentro e fora do estado de São Paulo”, conta a diretora do Centro de Memória, Carmen Lúcia Uehara Gil.

Também foi recuperado o acervo composto por diversos documentos, como atas de reuniões, editais e listas que dão conta de comissão formada por magistrados e servidores no ano de 1974 preocupados com a questão da eliminação de autos findos. “Até então havia apenas informações esparsas e conflitantes sobre processos eliminados, gerando contratempos quando da não localização de autos com pedidos de desarquivamento. O material passou por higienização mecânica, desmetalização e digitalização”, diz Carmen.

Outro trabalho interessante feito pelo Centro de Memória foi o de registrar depoimentos com alguns magistrados e servidores aposentados, muitos deles com participação ativa na instalação da Justiça Federal em São Paulo, como foi o caso do juiz federal Luis Rondon Teixeira de Magalhães, primeiro diretor do Foro da Seção Judiciária (acesse www.jfsp.jus.br/memorias).

“Os documentos produzidos pela Justiça Federal, sejam autos judiciais ou administrativos, permitem o acompanhamento da evolução do ordenamento jurídico e também aspectos da realidade social ao longo do tempo”,

opina a diretora do Centro de Memória. Um processo judicial de 1821, o mais antigo do acervo, trata de uma ação de penhora em que foram leiloados os bens mais valiosos do réu: três escravos.

Outro exemplo de documento considerado histórico é uma ação de indenização movida pelas indústrias Matarazzo por perdas e danos, em prédios do grupo, durante a revolução de 1924. “Há fotos dos estragos causados por bombas na cidade de São Paulo”, conta Carmen.



Carmen Gil, diretora do Centro de Memória, manuseia processo histórico

“Quanto aos documentos administrativos temos as atas das reuniões da comissão formada por juízes federais recém empossados, um procurador da República e um representante da OAB de São Paulo para a reimplantação da Justiça Federal na cidade. São documentos que retratam as dificuldades organizacional e orçamentária para a reforma e adequação do prédio da Praça da República que recebeu a Justiça Federal”.

Futuro

Muitos projetos ambiciosos para o Centro de Memória da Justiça Federal em São Paulo já foram elaborados mas por questões orçamentárias não seguiram adiante, inclusive a criação de um museu nos moldes do existente no Rio de Janeiro. “O Centro Cultural da Justiça Federal no Rio de Janeiro funciona no antigo prédio do Supremo Tribunal Federal. A Caixa Econômica Federal patrocinou a obra e o instituto Herbert Levy coordenou os trabalhos de restauro, com o apoio do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região”, relata Carmen.

No caso da Justiça Estadual do Rio de Janeiro um museu, existente desde 1988, passou por reformas e foi reinaugurado recentemente. “Não sei dizer se houve patrocínio ou algum outro tipo de parceria”, diz a diretora. “Aqui em São Paulo temos documentos que registram a existência de um museu da Justiça Federal na década de 70. Porém, infelizmente, em determinado momento esse museu foi desativado e o seu acervo perdido. Desse acervo temos, hoje, alguns documentos (moedas falsas, rótulos de bebidas falsificadas etc), porém não há contextualização”.

O desafio, atualmente, é o da recuperação desse acervo. Além disso, a curto prazo, a página da internet/intranet será reformulada para disponibilizar mais informações sobre o acervo e também sobre a história da Justiça Federal no país. O Centro de Memória da Justiça Federal de São Paulo funciona na Praça da República, 299, centro da capital.

Inaugurações na Justiça Federal

Rapidez e trabalho em equipe foram os responsáveis

Viviane Ponstinnicoff

A Justiça Federal de 1º Grau em São Paulo está crescendo. Amparada pela Lei n.º 12.011 de 2009, que determina a criação de 230 varas federais em todo o Brasil, destinadas, especialmente, à interiorização da instituição, a administração da Justiça Federal comemora as inaugurações que trarão, além de desenvolvimento econômico para as regiões, mais força de trabalho com as nomeações de novos servidores.

A localização das varas criadas por essa lei é estabelecida pelo Conselho da Justiça Federal, com base em critérios técnicos objetivos que identificam a necessidade da presença da Justiça Federal na localidade, levando-se em conta, principalmente, a demanda processual, inclusive aquela decorrente da competência delegada, a densidade populacional, o índice de crescimento demográfico, o Produto Interno Bruto, a distância de localidades onde há vara federal e as áreas de fronteiras consideradas estratégicas.

No ano de 2010, Jales, Bragança Paulista e Osasco mudaram de endereço, Taubaté, Presidente Prudente, Piracicaba, e Osasco ganharam novas varas, o JEF de São Paulo recebeu mais uma Vara-Gabinete e Barretos, Itapeva e Mauá, que não possuíam fórum federal, agora comemoram as instalações.



BARRETOS

No dia 24/9, foi inaugurada a 38ª Subseção Judiciária Federal, localizada no município de Barretos/SP. Com 1.389 m2 de área construída, o prédio abriga

uma vara mista, além de setores administrativos, salas da OAB, Ministério Público Federal, perícia médica, cela e um posto bancário.

Barretos foi a primeira vara federal a ser instalada na 3ª região, das que foram criadas pela Lei n.º 12.011 de 2009. Graças ao apoio da prefeitura local e empenho dos servidores da Justiça Federal e funcionários contratados, a inauguração do Fórum foi possível na data programada.

A inauguração da nova Subseção Judiciária também foi especial para o juiz federal Carlos Alberto Loverra, a primeira na sua gestão como diretor do Foro (iniciada em março/2010). "Tenho enorme satisfação em inaugurar este Fórum. É um grande progresso para a região, pois permitirá melhor acesso da população à Justiça, facilitando o trabalho da advocacia e das partes. Barretos foi escolhida pela sua pujança (é forte em termos econômicos, tem PIB elevado, IDH etc.) e por razões geográficas", afirmou.

Cerca de sete mil processos que estavam na Justiça Estadual e são de competência da Justiça Federal seguiram para o novo Fórum. A eles devem somar-se as ações de

natureza tributária que tramitam em Ribeirão Preto. O acervo médio ficou em torno de oito a nove mil processos e 17 municípios compõem a jurisdição do Fórum de Barretos, que está situado na avenida 43, n.º 1016.



ITAPEVA

A 39ª Subseção Judiciária Federal do Estado de São Paulo, no município de Itapeva (270km da capital), foi inaugurada no dia 3/12. Localizado no centro da

cidade, o prédio possui quatro pavimentos com 778 m2 cada. No local foi instalada uma vara mista e demais setores administrativos. Também há espaço para futura ampliação do Fórum.

Cerca de 10 mil processos foram transferidos da Justiça estadual para o Fórum. Para o diretor do Foro, inaugurar uma nova Subseção significa, cada vez mais, aproximar a Justiça Federal do cidadão. "Antes os moradores desta região precisavam se deslocar até Sorocaba ou Ourinhos, quase 200 km de distância, para encontrar um fórum federal. A tendência é crescermos cada vez mais, pulverizando a prestação do serviço jurisdicional".

O Fórum atende parte da região sudoeste do estado, compreendendo 21 municípios, na rua Sinhô de Camargo, 240, centro de Itapeva.



MAUÁ

O município de Mauá, localizado na Grande São Paulo, tornou-se, no dia 10/12, a 40ª Subseção Judiciária Federal do Estado

de São Paulo. A solenidade aconteceu na rua General Osório, 410, Vila Bocaina.

O prédio possui aproximadamente 600 m2 de área construída, sendo dois pavimentos (térreo e 1º andar) e um subsolo. No local foi instalada uma vara mista, com instalações que atendem aos requisitos de acessibilidade, com elevador, sanitários adaptados, rampas de acesso, balcões rebaixados e vaga exclusiva de estacionamento.

Inicialmente, dois municípios compõem a 40ª Subseção Judiciária: Mauá e Ribeirão Pires (ambos pertenciam ao Fórum de Santo André).



JALES

A Justiça Federal em Jales, interior de São Paulo, mudou de endereço no dia 18/6, atendendo na rua Seis n.º 1837, centro. O

fórum anterior, localizado na mesma rua, estava instalado num espaço menor, de aproximadamente 640 metros quadrados. O prédio atual possui mais que o dobro do tamanho do antigo. De acordo com o diretor do Foro, juiz federal Carlos Alberto Loverra, a mudança permitiu "uma melhor movimentação de usuários, servidores e juizes, além de mais conforto. A cidade merecia isso".

A 24ª Subseção Judiciária tem jurisdição sobre 44 municípios e conta com 21 servidores e possui aproximadamente 8 mil processos ativos e 10 mil processos arquivados.



BRAGANÇA PAULISTA

Foi inaugurada no dia 21/10 a nova sede da 23ª Subseção Judiciária Federal do Estado de São Paulo, localizada no município de Bragança Paulista, interior de São Paulo. A nova sede foi construída com o apoio da prefeitura e sua infraestrutura projetada pela área de engenharia da Justiça Federal.

O juiz federal diretor da Subseção de Bragança Paulista, Luiz Alberto de Souza Ribeiro, falou sobre a ampliação do atendimento aos moradores da região. "Com esse prédio, é viabilizada uma nova estrutura, com a possibilidade de comportar mais de uma vara, além da criação de um Juizado Federal, que já está no cronograma".

O novo edifício atende aos requisitos de acessibilidade, com sanitários adaptados, rampas de acesso e balcões rebaixados. Dez municípios compõem a jurisdição do Fórum de Bragança Paulista, que fica na avenida dos Imigrantes nº 1.411, no bairro Jardim América.



TAUBATÉ

No dia 5/11 foi inaugurada a 2ª Vara da 21ª Subseção Judiciária Federal do Estado de São Paulo, localizada na cidade de Taubaté, interior paulista. Com cerca

de 15 mil processos, a juíza federal titular da, até então, única vara de Taubaté, Marisa Vasconcelos, acredita que é fundamental a adição dessa nova vara. "Agora os processos terão mais rapidez, porque com 15 mil autos para duas juízas e 14 servidores era humanamente impossível fazer com que as publicações ocorressem em dia. Com oito mil ainda é complicado, mas é um número que será reduzido ao máximo", completa a juíza.

Além dessa nova vara, a ampliação da 21ª subseção tem a previsão da instalação de um Juizado Especial Federal nos próximos anos. Com a nova vara, 12 municípios que fazem parte da 21ª Subseção foram beneficiados.



PRESIDENTE PRUDENTE

A cidade de Presidente Prudente, interior de São Paulo, ganhou a 5ª Vara Federal da 12ª Subseção

Judiciária Federal no dia 12/11.

A nova vara, mista, foi instalada com uma adequação interna do prédio. Para o juiz federal Cláudio de Paula dos Santos, da 4ª Vara Federal de Presidente Prudente e diretor da 12ª Subseção, a instalação da 5ª Vara só trará benefícios. "Hoje temos no Fórum aproximadamente 20 mil processos. Ela vem dar um alívio muito grande para o trâmite destes processos e deve melhorar bastante o tempo de duração dos processos aqui cidade". A jurisdição da Subseção Judiciária de Presidente Prudente compreende 44 cidades. O Fórum fica na rua Ângelo Rotta, nº 110.



PIRACICABA

No dia 9/12 foi inaugurada a 4ª Vara Federal no município de Piracicaba/SP (160km da capital). "Piracicaba está numa região em franco desenvolvimento, tanto

que as demandas daqui estavam superando a capacidade dos juizes em resolvê-las. Por isso o Tribunal, antes que a situação se tornasse insustentável, decidiu por instalar mais uma vara na região", disse o presidente do TRF3 Roberto Haddad.

O número de processos em Piracicaba supera os 30 mil volumes, acima da média nas varas federais do estado. "Faz tempo que temos sobrecarga de trabalho, o que estava tornando inviável uma prestação jurisdicional mais adequada, com atendimento rápido e eficiente. A instalação da 4ª Vara vai possibilitar a redistribuição dos processos, melhorando bastante o nosso trabalho", afirmou a juíza federal Rosana Campos Pagano, diretora da 9ª Subseção Judiciária. A 4ª Vara Federal de Piracicaba foi instalada no mesmo local onde funciona o Fórum, situado à avenida Mário Dedine n.º 234.

OSASCO, JEF EM SÃO PAULO E O FUTURO



O Juizado Especial Federal de São Paulo recebeu, no dia 15/12 mais uma Vara-Gabinete e o dia 16/12 foi marcado como o último dia de inaugurações do ano de 2010. Já em Osasco (foto ao lado), além de mudar de endereço, o Fórum ganhou duas varas mistas (já possui um JEF) num prédio de dez andares, com cerca de

3.800 m2, 40 vagas na garagem, tribunal do Júri e setores administrativos. O Fórum funciona na rua Albino dos Santos, 224 (altura do n.º 3.700 da av. dos Autonomistas).

Oscar Paulino dos Anjos, diretor da Secretaria Administrativa, comentou as próximas inaugurações. "É um trabalho muito grande que só vai se concretizar pelo empenho e comprometimento de toda a administração. Todas essas inaugurações que já aconteceram só foram possíveis com o comprometimento total dos servidores. Eles estão de parabéns pelo empenho e sucesso dessas inaugurações", diz Oscar.

Língua de sinais começa a ser adotada na Justiça Federal

Ricardo Acedo Nabarro

Já imaginou o que é se comunicar com alguém sem poder ouvir o que o outro diz? Não é nada fácil... Pois essa é a realidade de quase sete milhões de brasileiros que possuem surdez aguda e outros tipos de deficiência auditiva. Para o ouvinte (pessoa com audição normal) estabelecer uma comunicação mínima com essas pessoas é preciso ter preparo, estudo e um pouco de boa vontade.

Pois acredite, apesar da surdez existir desde os primórdios, somente agora, no século XXI, o Brasil se voltou para a questão, ainda que timidamente. Foi em 2002 (há menos de dez anos) que a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS foi finalmente reconhecida pela Lei n.º 10.436. Esse foi um primeiro passo. Em 2005 veio o Decreto n.º 5.626, que regulamentou a LIBRAS como disciplina curricular e obrigou os órgãos públicos a capacitarem ao menos 5% dos servidores para atendimento na língua de sinais.

A LIBRAS é o principal meio de comunicação dos surdos. Ao contrário do que se pode imaginar, a Língua Brasileira de Sinais não envolve apenas mímica ou gestos soltos. Trata-se de uma língua como outra qualquer, com estrutura gramatical própria.

“A importância do curso está na possibilidade de promover a inclusão dos surdos na sociedade, permitindo-lhes exercer seu direito à cidadania”, diz Priscila Mourão, uma das instrutoras do curso de LIBRAS promovido aos servidores da Justiça Federal em São Paulo. “Assim nos tornamos multiplicadores da língua e da cultura deles (surdos)”.

Em 2010 a Justiça Federal de São Paulo contratou 175 vagas para o módulo básico I de LIBRAS, divididas em sete turmas com 25 vagas cada. Cinco turmas começaram o curso em agosto, fechando 2010 com 125 servidores capacitados. Neste módulo, com carga horária de 60 horas, o servidor aprende como funciona a língua, quais são os principais sinais e a estrutura básica gramatical, o que é pouco para se obter fluência na comunicação.

Para a servidora Fernanda Siqueira da Cruz, supervisora do setor de processamentos ordinários na 10ª Vara Federal Cível da capital, iniciar a LIBRAS foi fascinante. “Entender o contexto no qual vive o surdo é essencial para que possamos, por exemplo, explicar corretamente uma fase processual no balcão. Com o amparo legal a possibilidade dos surdos exigirem seus direitos aumenta e, consequentemente, o atendimento em LIBRAS será maior”.

A iniciação na língua serviu para incentivar Fernanda

a continuar os estudos. “Se a Justiça Federal não oferecer a continuação do curso vou fazer por conta própria. Para se comunicar corretamente no idioma é essencial a prática, só viável com o aperfeiçoamento contínuo. Os surdos são cidadãos como todos nós e merecem o nosso respeito e consideração”, opina.

Maisa Fátima Marelli trabalha como assistente no gabinete da 2ª Vara de Execuções Fiscais da capital. Certo dia, logo após ter iniciado o curso, um surdo apareceu no balcão da Vara pedindo informações. “Fiquei apreensiva, não sabia se conseguiria me comunicar com ele afinal só tinha assistido a duas aulas. Perguntei (em LIBRAS) se ele era surdo, ele respondeu que sim e fez alguns sinais que

não consegui entender. Pedi para repetir devagar, então me entregou um papel explicando o que ele queria. Nossa comunicação foi parte em LIBRAS, parte em escrita. No fim, acho que ficou satisfeito quando percebeu que me esforcei e conseguimos estabelecer um contato”.

A servidora diz que aprender LIBRAS está sendo maravilhoso. “Não é como aprender um idioma qualquer, é aprender um idioma muito interessante com uma finalidade nobre, de inclusão social. Quero continuar estudando pois é muito difícil explicar para o surdo, em LIBRAS, os termos jurídicos, já que o idioma não tem palavras específicas para tais termos”.

Marcos Tadeu de Freitas nasceu prematuro, com seis meses e meio de idade. Sua mãe era diabética. Como resultado teve má formação no aparelho auditivo e nunca ouviu com perfeição. Sua capacidade auditiva é zero num dos ouvidos e 5% no outro. Hoje, usando aparelho auricular e depois de muito estudo, consegue oralizar e se comunicar com os ouvintes. Leva uma vida agitada ensinando LIBRAS, inclusive na Justiça Federal. “É muito difícil para o surdo viver nessa sociedade. As pessoas evitam nos atender, até mesmo quando pagamos pelo serviço. Isso também acontece nos órgãos públicos. Precisamos mudar essa situação e garantir os nossos direitos”.

Priscila Mourão, que coordena o curso em São Paulo e é ouvinte, concorda com Marcos e defende a LIBRAS na Justiça Federal. “O retorno dos participantes tem colaborado muito para a troca de conhecimento. Os grupos trazem descrições detalhadas de diversas funções, alguns já tiveram contato com o surdo e perceberam a importância de estabelecer a comunicação de forma clara, para que ele possa ter acesso às informações”.



A servidora Fernanda Siqueira da Cruz em sua primeira aula com o instrutor Marcos Tadeu de Freitas

Estágio em Taubaté é sinônimo de profissionalismo

Cíntia Ranusia Carvalho

Ajudar na formação de bons profissionais também é uma das preocupações sociais da Justiça Federal ao oferecer estágios para jovens estudantes do ensino médio, técnico ou superior, de diferentes carreiras.

Em Taubaté não poderia ser diferente, mas uma iniciativa da 1ª Vara vem destacando-se porque além de proporcionar o conhecimento prático que os estudantes de Direito necessitam, também oferece alguns benefícios extras, como por exemplo, a oportunidade de passar por diversos setores do Fórum e aprender diferentes funções. “O ingresso na Justiça Federal foi muito importante para mim, porque pude colocar em prática o que aprendi na faculdade, já que o curso no início é muito teórico”, disse a estudante de Direito da Universidade Taubaté e estagiária da Justiça Federal há aproximadamente dois anos, Camila Motta Luiz de Souza.

O programa começa da seguinte forma: no início os estudantes começam estagiando no setor de protocolo e distribuição, aprendem a receber petições iniciais de processos, protocolo integrado, tabelas de distribuição, expedição de certidões, entre outras atividades. Depois vão para a secretaria da vara, onde há um revezamento em todos os setores (mandado de segurança, criminal, execução fiscal etc.), por fim, quase sempre o estágio termina no gabinete do juiz.

Geralmente os estagiários começam como voluntários, por isso, para que não ficassem sem nenhum tipo de remuneração, a juíza federal titular da Vara, Marisa Vasconcelos, fez um convênio em 2009 com a Universidade de Taubaté e os alunos ganharam 50% de desconto na mensalidade.

A escolha dos quatro alunos beneficiados é feita através da seleção de currículos enviados pela Universidade, que são escolhidos após a realização da entrevista e conforme a disponibilidade de horário. “A ideia do convênio surgiu quando perdemos a possibilidade de ter estagiários atuando de forma gratuita, porque a legislação atual diz que o estagiário deve receber um auxílio seguro e isso não é pago pela Justiça com exceção daqueles que realizam estágio por intermédio do CIEE”, explica a juíza.

Alguns dos estagiários, como acontece em toda a Justiça Federal, são contratados pelo CIEE e, quando essas vagas são disponibilizadas, aqueles que são voluntários passam a ocupá-las (por antiguidade) e recebem normalmente a bolsa-auxílio, cedendo a bolsa da Universidade para outros estudantes.



Acima à esquerda, a juíza federal Marisa Vasconcelos orienta estagiária. Abaixo, estagiários recebem orientações da juíza federal Carla Cristina Fonseca (ao centro)



Outra iniciativa louvável partiu da juíza Marisa Vasconcelos que aplica aulas aos estagiários todas as quartas-feiras, com duração de aproximadamente 1h30. Os assuntos são referentes ao Judiciário, reforçando o que é aplicado na Universidade. “Os temas abordados são os mais diversos, dentro da área jurídica, com enfoque ora nos casos visualizados no estágio, ora nas matérias da faculdade”, explica a diretora de secretaria, Maria Cristina Ubertini.

A estagiária Juliana de Almeida Pena, também estudante da Universidade de Taubaté, diz que as aulas da juíza Marisa proporcionam conhecimentos assim como na faculdade, como se fosse numa sala de aula. “Ela nos explica diversas coisas, principalmente sobre processos, petições, como por exemplo, os elementos que precisam constar num processo. Também pede para que façamos ‘tarefas’, que são entregues para que ela veja e aponte os erros e

acertos. Enfim, nos dá explicações e tira nossas dúvidas sobre diversos assuntos”.

Segundo a servidora Nilene Alvarenga Araújo, supervisora de Apoio à Microinformática da 1ª Vara em Taubaté, esse acompanhamento tem dado bons resultados, “os estagiários que passam por lá passam na OAB, a maioria deles no primeiro exame. Depois disso, boa parte consegue montar o próprio escritório. Sei disso porque já contratei os serviços deles e muitos são advogados dativos da Justiça e advogam aqui em outros processos”.

Maria Cristina Ubertani diz que considera importante que o estudante tenha a oportunidade de vivenciar a prática aliada à teoria. “Os estudantes quando ingressam no estágio geralmente não tem qualquer experiência no ambiente de trabalho e, quando saem, se transformam em adultos com maiores chances na vida e na carreira” diz.

São José do Rio Preto

Vinicius Ribeiro e Viviane Ponstinnicoff



Há 17 anos, toda a potência agrícola da região de São José do Rio Preto tem a Justiça Federal ao seu lado para resolver os conflitos judiciais. Na época da inauguração do Fórum, em 1993, além de um bom plantio, a região prosperava nos setores da indústria e na prestação de serviços, o que justificou ainda mais a criação da 6ª Subseção Judiciária.

Sendo uma das maiores cidades paulistas e referência no noroeste do estado, a cidade de São José do Rio Preto foi fundada em 19/7/1894 e seu nome resultou de uma mistura entre o padroeiro da cidade (São José) e de um dos rios que cortam o município (Rio Preto). Iniciou-se como uma vila, passou a ser um distrito, depois uma freguesia e, desde sua criação, desenvolvia-se vagarosamente até que, com a chegada da Estrada de Ferro Araraquarense em 1912, a região transformou-se em um potente pólo comercial de mercadorias produzidas no então conhecido como Sertão de Avanhandava.

Hoje a cidade é um exemplo de qualidade de vida e desenvolvimento. Ocupa atualmente a 19ª posição no IFDM (Índice Firjam de Desenvolvimento Municipal). No ano passado era a 2ª melhor cidade de todo o país segundo essa mesma estatística. Como expressão cultural, destaca-se o FIT (Festival Internacional de Teatro), que ocorre na cidade há 41 anos. E também vale destacar a acirrada rivalidade futebolística entre os dois clubes da cidade: o América Futebol Clube e o Rio Preto Esporte Clube, que além do eterna disputa entre si, têm importância significativa para o esporte paulista.

O Fórum de São José do Rio Preto, inaugurado em 16/4/1993 pelo desembargador federal e presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região na ocasião, Homar Cais, era responsável pelas pendências judiciais de âmbito federal de cerca de 100 municípios das redondezas, número

esse que foi reduzido com a progressiva interiorização da Justiça Federal em São Paulo para 70 cidades.

No primeiro ano de funcionamento, 4.897 processos foram recebidos pela até então única vara. Três anos depois, mais duas varas foram implantadas e, seis anos depois, outras três, completando a Subseção de São José do Rio Preto com as seis varas que possui hoje, sendo duas especializadas em Execuções Fiscais.

Com a estimativa de atendimento a, aproximadamente, 1 milhão de pessoas, sendo cerca de metade desse número apenas em São José do Rio Preto, as varas da 6ª Subseção têm em média 3.992 processos cada, exceção feita às de competência especializada, que possuem em média 7.326 processos.

O teor dos processos recebidos pelas varas é bastante caracterizado com as atividades mais comuns na região. "A vocação da região para o agronegócio dá ensejo a inúmeras demandas previdenciárias rurais, enquanto que o desenvolvimento do parque industrial faz surgir demandas de cunho tributário. Aliado a isso, o fato de que estão instalados no mesmo prédio órgãos públicos atuantes na Justiça Federal como o INSS, Receita Federal, Polícia Federal, Ministério Público Federal, dentre outros, contribui para o ajuizamento de ações", explica o juiz federal titular da 5ª Vara de São José do Rio Preto, Dênio Silva Thé Cardoso.

Atualmente a 6ª Subseção Judiciária conta com dez juízes (seis titulares e quatro substitutos) e 89 servidores e, segundo o juiz titular da 5ª Vara, o futuro será promissor para o jurisdicionado da região. "O fato de São José do Rio Preto ter um dos melhores prédios próprios da Justiça Federal e possuir área suficiente para uma futura ampliação, faz com que a região tenha um desenvolvimento futuro próspero, que pode ser concretizado com a instalação de um Juizado Especial Federal", comenta Dênio.



A servidora Luciana David Oliveira, da 5ª Vara Cível da capital, lançou o CD "Todos os Lugares". São dez músicas de autoria própria, em estilo POP/MPB, com arranjos de Adriano Magoo. A banda que gravou é a mesma do Zeca Baleiro (com exceção do baterista, que tocava com o Zé Ramalho). O CD pode ser adquirido diretamente com a servidora (ldolivei@jfsp.jus.br). As músicas também podem ser consultadas no site www.tramavirtual.uol.com.br/lucianafisher.



A servidora Ana Cristina Silva Abreu, da 7ª Vara de Execuções Fiscais, ganhou a 2ª colocação no concurso da Companhia Editora de Pernambuco (CEPE) de literatura infanto-juvenil, na categoria "livro infantil". Como prêmio teve sua obra "O coelho sem cartola" publicada pela Companhia.

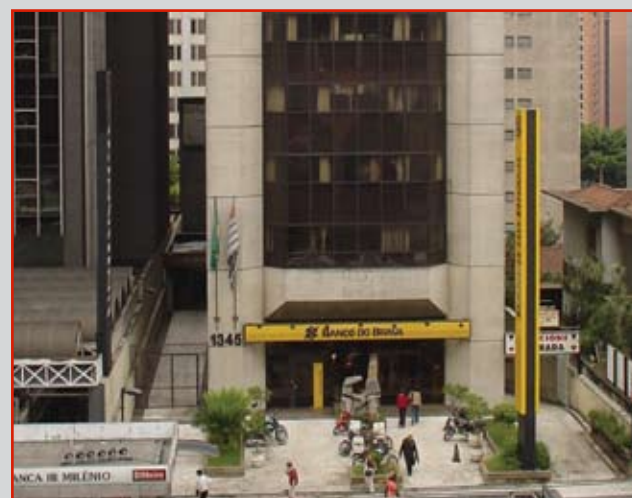
CARTAS

Nononononono nononono nono nonon nono nononnono
 nononnononononnononononnonononnonononononnono
 nononnononononnononononnonononnonononononnono
 nononnono nononnono. Nononononono nononono
 nono nonon nono nononnono nononnono nononnono
 nononnono nononnono nononnono nononnono nononno
 nononnono nonon

Nonononononon
 Nnononononnonno

Este espaço é dedicado a opiniões, sugestões, elogios e críticas do leitor. Encaminhe o seu texto para imprensa-jfsp@jfsp.jus.br ou entre em contato com o Núcleo de Comunicação Social pelo tel: (11) 2172-6432.

Nesta edição o clássico jogo dos erros, você consegue identificar as 11 diferenças criadas nesta imagem de arquivo do JEF da capital?



Solução:



IMAGEM DA VEZ

"A foto foi tirada em abril no Templo Ninna-ji, em Kyoto, mês que marca a florada das cerejeiras em todo o Japão e é de uma beleza incomensurável!"

Fernando Luiz Pereira
Executante de Mandados
Central de Mandados
Campinas, SP

Magistrados e servidores podem enviar suas fotos para publicação na Revista pelo endereço: jf-imprensa@jfsp.jus.br. As imagens deverão conter ou transmitir uma história, mensagem ou uma dica de viagem, e deverão ser de autoria do remetente e possuir boa resolução e qualidade fotográfica, com uma pequena frase explicativa.



• Vídeos e áudios

• Releases de
Decisões Judiciais

• Cadastro para
recebimento
de releases

• Telefones e plantão

acesse:
www.jfsp.jus.br/imprensa

INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA